

RESENHA

COLMAN, David e NIXSON, Frederick. **Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Moderna**. University of Manchester, Editora Campus Ltda., São Paulo, 1981, 320, pp.

Este livro, publicado em inglês em 1978, pretende “analisar as mudanças que vêm, atualmente, ocorrendo nos PMDs (países menos desenvolvidos), examinar os problemas que os processos de mudança vêm gerando e observar os próprios agentes das mudanças”. Ele focaliza a questão do desenvolvimento a partir das iniciativas e dinâmicas internas ocorridas nesses países, sem negar a importância de fatores internacionais. Como explicam os autores, esta ênfase se deve à sua percepção de que não parece uma atitude sensata esperar pela evolução de uma nova ordem internacional antes de serem tomadas as medidas necessárias para alcançar uma forma adequada de desenvolvimento.

O texto coloca diante do leitor um panorama do pensamento econômico quanto ao processo de desenvolvimento. Em onze capítulos, os autores apresentam as principais posições divergentes quanto aos aspectos teóricos, como também tratam das questões setoriais e da importância do comércio e das finanças internacionais. No enfoque dado, o desenvolvimento é um processo em que o crescimento econômico apresenta-se apenas como um indicador entre uma constelação de fatores, que inclui aspectos sociais e ambientais.

Reconhecendo a necessidade lógica da agricultura fornecer o excedente que possibilite o processo de industrialização nos seus primeiros momentos, os autores ressaltam a importância de tomar consciência do impacto, talvez mais prejudicial ao setor do que inicialmente previsto, dos efeitos colaterais sofridos pelo setor diante das políticas de proteção à indústria postas em ação na maioria dos países em desen-

volvimento nas décadas de 50 e de 60. Também chamam atenção para o impacto deletério do apoio governamental para as culturas de exportação, motivado pela mesma necessidade de apropriar-se do excedente através de impostos, além de contar com essas exportações para equilibrarem o balanço comercial. Neste contexto, referem-se ao problema da alimentação, como "Síndrome clássica do desenvolvimento". Colman e Nixon sustentam a importância de uma reforma agrária redistributiva em muitos casos para iniciar uma solução do problema da alimentação. Reconhecem que essa reforma reduziria a taxa de crescimento do excedente alimentício disponível ao mercado, mas, ao mesmo tempo, percebem que tal iniciativa garantiria o sustento dos pobres, enquanto se efetusasse uma passagem para uma agricultura tecnicamente mais adequada e para uma reestruturação dos sistemas de crédito e de comercialização necessária para garantir a eficácia dessa reforma.

Na sua análise do desenvolvimento industrial, os autores destacam três estratégias empregadas pelos PMDs, ou seja: 1) industrialização por substituição de importações; 2) exportação de produtos manufaturados; e 3) exportação de componentes com alta proporção de mão-de-obra. Seus dados empíricos indicam um fracasso generalizado da estratégia de industrialização por substituição de importação, e a fraqueza das outras duas estratégias em termos de desenvolvimento social. Recomendam que cada país procure estimular um desenvolvimento que garanta um determinado grau de autonomia, compatível com suas aspirações, recursos e compromissos, questionam os padrões, metas e estilo de vida oferecidos como modelo pelos países ricos.

Ao considerarem dois problemas cruciais no Brasil, o da dívida externa e o da inflação, os autores destacam a questão política. Uma dívida externa, lembram, não é um condicionante negativo em si. Muitos dos países ricos recorrem a esse mecanismo em vários momentos da sua história. Configura-se como um problema só quando as fontes de crédito internacional secam, e o devedor é obrigado a se submeter a restrições severas quanto à sua política econômica. A inflação, por sua vez, deve ser vista dentro da perspectiva de um quadro institucional, realçando as possibilidades de atuação do governo, diante dos grupos que têm acesso ao poder. Os autores alertam que "qualquer estudo (da inflação) que omita fatores sociais, políticos e institucionais irá obscurecer os verdadeiros aspectos envolvidos e, de forma totalmente ile-

gítima, reduzirá um problema econômico e sócio-político complexo a um problema meramente técnico” (p. 294).

Se uma análise economicista caracteriza-se pela ênfase unilateral dada às forças econômicas como determinantes dos processos sociais, os autores tomam uma posição claramente antieconomicista neste trabalho. No seu tratamento da questão do impacto das empresas transnacionais, por exemplo, os autores percorrem estudos empíricos que mostram efeitos ambíguos e às vezes claramente perniciosos da atuação dessas empresas. Prosseguindo, eles afirmam que tal ambigüidade resulta não da estrutura das empresas transnacionais, que tem uma finalidade clara de maximização de lucros, mas sim, da postura do país que as recebe. Colocam a responsabilidade, em última instância, para o tipo de impacto que essas empresas possam ter no país, no posicionamento dos governantes que estabelecem os limites dentro dos quais elas podem atuar. Para Colman e Nixon, portanto, o desenvolvimento não se move apenas através de forças cegas do mercado, que arrastariam os países a um destino forjado desde o início do sistema mundial capitalista. Ao contrário, há uma razoável margem de liberdade disponível para determinar a maneira em que as estruturas influenciam sobre as realidades nacionais e regionais, e sobre as classes sociais.

A leitura deste livro é uma experiência de abertura à compreensão de posições reconhecidamente antagônicas. Os autores conseguem ilustrar a racionalidade de cada uma das posições, situando-as no contexto dos dados empíricos da época em que foram geradas. Como pesquisadora, senti-me induzida a formular uma hipótese sobre a função das teorias econômicas a partir desta leitura. Cada teoria surge tendo como base a análise de determinadas instâncias históricas, com o intuito de destacar tendências. As regularidades assim descobertas podem servir como instrumento para tomar decisões futuras em outras situações julgadas semelhantes. No entanto, esta sistematização parece introduzir uma nova variável na equação social, cujo processo se assemelha ao que pode ser observado na física nuclear. A própria presença de instrumentos de observação interfere no fenômeno que está sendo investigado, como mostra o efeito de Heisenberg. Do mesmo modo, iniciativas tomadas num determinado momento (na política monetária, por exemplo) esbarram no problema do conhecimento que outros agentes econômicos possuem sobre as intenções das intervenções. Por isso, esses

agentes incorporam nas suas decisões seu conhecimento dos efeitos previstos dessas medidas, para se defenderem do impacto delas, tornando, assim, a teoria ineficaz.

Se de fato esse efeito-Heisenberg opera nas teorias econômicas, os planejadores de iniciativas do Estado podem se livrar do determinismo que imobiliza o pensamento social dentro do paradigma em que a riqueza há de crescer junto a uma miséria crescente. A mobilização das forças criativas da população, em função de uma reestruturação institucional que permita o direcionamento das forças coletivas para o bem coletivo, torna-se um sonho possível.

Constance Joyce Clark

**Economista, Pesquisadora da
Fundação Joaquim Nabuco, Recife.**